



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 11 • 30/04 a 06/05/06 • ISSN 1809-6182

Análises

03/05/2006 – A criação do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidasp.01

A criação do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas se coloca como fato relevante dentro da renovação do sistema de direitos humanos e da reforma geral desta organização. Resta saber se esta mudança afetará de modo substantivo a política internacional ou se será apenas a continuação da extinta Comissão de Direitos Humanos.

04/05/2006 – África do Sul e as irregularidades do Programa Petróleo por Comidap.04

As audiências envolvendo pagamentos ilícitos de empresas sul-africanas no programa “Petróleo por Comida” têm início, chamando atenção para os problemas decorrentes das sanções econômicas da Organização das Nações Unidas.

Resenhas

02/05/2006 – O Nepal e a nova realidade política.....p.06

Após o Rei Gyanendra Bir Bikram Shah anunciar publicamente a restauração do Parlamento nepalês, partidos de oposição indicam o novo primeiro-ministro do país e iniciam o processo de elaboração de uma nova Constituição.

03/05/2006 – Impasse quanto ao programa nuclear do Irãp.11

Irã não interrompe enriquecimento de urânio para seu programa nuclear, mesmo após requisição formal do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e estabelecimento de um prazo de 30 dias.

04/05/2006 – Perspectivas da situação no Haitip.14

Debate de longa data nos Estados Unidos, a questão da imigração atrai novamente a atenção da sociedade após uma série de manifestações populares por todo o país acerca de dois projetos de lei divergentes que se encontram no Congresso estadunidense.

05/05/2006 – Primeiro-ministro renuncia nas Ilhas Salomãop.16

Protestos violentos na capital das Ilhas Salomão fazem com que o primeiro-ministro renuncie ao cargo ao antecipar o voto de desconfiança por parte do Parlamento. O novo primeiro-ministro já foi escolhido.

A criação do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas

Análise
Desenvolvimento

Igor Andrade Vidal Barbosa
03 de maio de 2006

A criação do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas se coloca como fato relevante dentro da renovação do sistema de direitos humanos e da reforma geral desta organização. Resta saber se esta mudança afetará de modo substantivo a política internacional ou se será apenas a continuação da extinta Comissão de Direitos Humanos.

A criação, no dia 15 de março de 2006, do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas representou, para muitos, um grande avanço no sistema de promoção e proteção dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). A eleição dos 47 membros do Conselho, que ocorrerá no dia 9 de maio de 2006, será, porém, o primeiro grande desafio do recém criado órgão.

Proposta pelo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, em 2005, a criação do Conselho viria para revitalizar o atual sistema de direitos humanos da ONU. Este, que tinha na Comissão de Direitos Humanos (CDH) – agora substituída pelo Conselho – o seu maior alicerce¹, encontrase desacreditado devido a sua baixa eficiência, ao descomprometimento dos Estados membros da CDH com o fortalecimento dos padrões de direitos humanos, e a sua incapacidade de igualar, em termos de importância, as questões de

direitos humanos, segurança e desenvolvimento – como proposto pela Carta das Nações Unidas.

O Conselho difere da CDH em vários aspectos essenciais. Primeiro, dentro da própria estrutura da ONU. Enquanto a CDH era um órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC, sigla em inglês), o Conselho de Direitos Humanos é um órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU e poderá, dentro de 5 anos, adquirir status de órgão principal² – igualando-se ao próprio ECOSOC. Dessa maneira, o Conselho pode vir a adquirir grande autonomia e autoridade dentro da ONU.

Segundo, o Conselho é composto de menos membros – 47 – se comparado à CDH – 53. Adicionalmente, os membros serão escolhidos a partir de uma distribuição geográfica pré-determinada e

¹ Vale lembrar que a CDH, criada em 1946, redigiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um dos documentos mais importantes já elaborados pela ONU.

² Os seis órgãos principais da ONU são a Corte Internacional de Justiça, o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o ECOSOC, o Conselho de Tutela e o Secretariado. O Conselho de Tutela suspendeu suas atividades em 1994, mas ainda não houve modificação na Carta das Nações Unidas para retirar este órgão.

cumprirão mandatos que variam de um a três anos³. A redução do número de membros teria como objetivo facilitar os debates, mas a quase insignificante redução não modificará de modo substantivo a dinâmica das discussões.

Terceiro, o Conselho é um órgão permanente, localizado em Genebra, que pode se reunir quando necessário, diferente da CDH que tinha reuniões anuais que duravam seis semanas. Este fato, de grande relevância, configura o Conselho como um fórum de negociações inter-estatais *perene*. Além disso, permite a adoção de uma agenda mais ampla, o acompanhamento da implementação de decisões e resoluções, e provê, aos Estados, maiores informações tanto técnicas quanto em relação às ações dos outros Estados no que concerne aos direitos humanos. Essas tarefas somadas aumentam a utilidade de uma organização internacional para um Estado.

Quarto, os membros do Conselho terão, durante seus mandatos, seus históricos de respeito aos direitos humanos analisados a partir de avaliações claras e bem definidas. Pede-se que eles "... mantenham os mais altos padrões de promoção e proteção dos direitos humanos", e haverá a possibilidade da Assembleia Geral suspender o mandato de membros que cometam graves violações aos direitos humanos. Essas medidas servem como contraponto às freqüentes acusações feitas à CDH de que esta não utilizava um único padrão de avaliação, de que as ações de apenas alguns membros eram investigadas, e de que muitos dos membros participavam da CDH apenas para fugir de acusações relativas ao desrespeito aos direitos humanos.

Quinto, o Conselho poderá fazer

recomendações à Assembleia Geral. Esta importante novidade poderá dar ao Conselho uma maior capacidade de implementar suas decisões, de punir Estados que violem os direitos humanos e promoverá uma maior interligação entre os órgãos da ONU. Este último benefício será essencial para coordenar as ações da ONU - evitando que programas contraditórios sejam adotados - e para sanar um problema recorrente de burocracias, sejam internacionais ou nacionais: o da contestação cultural⁴ - um fenômeno que provoca brigas acerca do objetivo e das tarefas que uma burocracia deve realizar.

Alguns outros aspectos, porém, não foram adotados pelo Conselho. Os 47 membros, ao contrário dos dois terços propostos por Annan, serão eleitos por maioria simples⁵ na Assembleia Geral, e qualquer país poderá se candidatar para ser um membro, ainda que os Estados Unidos tenham defendido a idéia de que Estados que estejam sofrendo sanções do Conselho de Segurança da ONU por desrespeito aos direitos humanos não pudessem se candidatar. Esses aspectos fazem com que a criação do Conselho não tenha sido, comparando-se com as possibilidades que havia, tão audaciosa quanto se esperava.

A eleição do dia 9 de maio será crucial para determinar o impacto que a criação do Conselho terá sobre a sociedade internacional. Se, por um lado, países que abusam dos direitos humanos não forem eleitos, pode-se considerar que a mudança no sistema de direitos humanos da ONU conseguiu, efetivamente, modificar a "estrutura de *payoff*"⁶ dos Estados, ou seja, conseguiu aumentar os custos de,

³ Esta medida - duração diferenciada de mandatos - visa manter a rotatividade dentro do Conselho.

⁴ A contestação cultural ocorre quando, de acordo com Barnett e Finnemore, dois autores das Relações Internacionais, "... distintas culturas internas se desenvolvem dentro de diferentes partes de uma organização".

⁵ 50 por cento dos votos mais um.

⁶ Os custos e ganhos que um ator tem ao perseguir determinadas políticas.

enquanto violador dos direitos humanos, permanecer no Conselho. Se isto for evidenciado, a criação do Conselho poderá, ainda que de forma tímida⁷, vir a afetar a política internacional ao fomentar o respeito aos direitos humanos.

Se, por outro lado, Estados que abusam dos direitos humanos – como, de acordo com a organização não-governamental Human Rights Watch, a China e a Federação Russa – forem eleitos, será necessário que o Conselho analise a situação nestes países e atue de forma a elevar o padrão interno de promoção e proteção aos direitos humanos. Caso esta atuação mais incisiva não ocorra, a criação do Conselho não deverá, a um curto e médio prazo, modificar de forma substancial a política internacional.

Para concluir, pode-se afirmar que, independentemente das eleições, a criação do Conselho deve ter efeitos ambíguos sobre a reforma geral do sistema ONU. A reformulação do sistema de direitos humanos é um dos pontos chave da reforma geral e a criação do Conselho avança, de certo modo, este processo. Entretanto, a decisão de se prorrogar, por até 5 anos, a possibilidade de elevar o Conselho ao status de órgão principal na estrutura da ONU prorroga, também, um dos principais objetivos da reforma geral, qual seja, o de igualar as questões de direitos humanos, em termos de

importância, à segurança e ao desenvolvimento.

Referência

Barnett, Michael; FINNEMORE, Martha. The Politics, power and pathologies of International Organizations. In: MARTIN, Lisa. International Institutions. Cambridge: MIT Press, 2001, p.403-436.

Caldeira, Amanda Horta et al. United Nations Sub-Commission on the Promotion and Protection of Human Rights: The creation of the Human Rights Council. TEMAS 2006. Study Guide. Disponível em: <<http://www.temaspucminas.net/2006/Guia%20-%202006hr.pdf>>

Sites:

Human Rights Watch

<http://www.hrw.org/>

United Nations News Centre

<http://www.un.org/News/>

⁷ A capacidade do Conselho de afetar de modo mais expressivo a política internacional dependerá da elevação dos custos, para os Estados, de se permanecer fora do Conselho. Isso ocorre na medida em que os benefícios providos pelo recém criado órgão forem maiores do que os custos de se parar com a violação de direitos humanos. Se, por exemplo, um Estado deixa de receber alguma assistência técnica específica porque o Conselho taxou este Estado de violador dos direitos humanos, o custo de se continuar desrespeitando os direitos humanos pode se tornar mais alto do que os benefícios providos a um membro do Conselho. O fato de que o este poderá enviar recomendações à Assembléia Geral pode, desse modo, aumentar o custo dos violadores.

África do Sul e as irregularidades do Programa Petróleo por Comida

Análise
Segurança / Economia e Comércio

Cândida Cavanelas Mares
04 de maio de 2006

As audiências envolvendo pagamentos ilícitos de empresas sul-africanas no programa “Petróleo por Comida” têm início, chamando atenção para os problemas decorrentes das sanções econômicas da Organização das Nações Unidas.

As audiências de investigação do envolvimento em corrupção por parte de empresas sul-africanas no programa “Petróleo por Comida” da Organização das Nações Unidas (ONU) estão programadas para serem iniciadas neste mês. Tal programa foi estabelecido pelo Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas com o objetivo de abrandar o efeito das sanções econômicas na população iraquiana, prevendo que o país pudesse vender petróleo com a condição de empregar o dinheiro arrecadado nessas transações para comprar remédios e alimentos. Contudo, esse programa possuía falhas que viabilizaram o estabelecimento de pagamentos irregulares num total de 11 bilhões de dólares.

Dentre as irregularidades se encontram denúncias de superfaturamentos, subornos e propinas cobrados na venda do petróleo e no fornecimento de mercadorias de empresas que deveriam estar atuando de acordo com o previsto pelo programa. Entre tais empresas envolvidas em irregularidades estão empresas sul-africanas.

A chamada Comissão *Donen*¹, indicada pelo presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, deve iniciar as investigações a respeito das denúncias feitas pelos relatórios do Comitê Independente de Investigação (CII) da ONU em 8 de maio de 2006. Nos relatórios consta que seis companhias sul-africanas realizaram pagamentos ilícitos a Saddam Hussein durante o programa “petróleo por comida”.

O relatório do CII possui uma seção dedicada especificamente a Sandi Majali, cidadão sul-africano dono das empresas Montega Trading e Invume Management, mais conhecidas pela acusação de desvio de fundos estatais do petróleo para o financiamento de eleições na África do Sul em 2004 de membros do partido “Congresso Nacional Africano” (ANC).

O partido ANC se encontra no poder na África do Sul desde as eleições de 1994, ano em que começou a enfrentar o desafio

¹ Comissão de investigação designada pelo presidente Thabo Mbeki para averiguar acerca do envolvimento de empresas ou indivíduos sul-africanos em atividades ilícitas relacionadas ao programa “petróleo por comida” da ONU. A comissão será presidida pelo advogado Michael Donen e irá reportar diretamente ao Ministro da Justiça.

de modificar a estrutura institucional do país herdada dos regimes de apartheid. Nesse momento havia grandes expectativas em torno da construção de políticas sul-africanas que fossem moldadas por normas democráticas e pela garantia dos direitos humanos. Havia, assim, no discurso da ANC um compromisso com a formulação de processos democráticos e transparentes. Contudo, o partido tem sido acusado de corrupção em diversas ocasiões desde que alcançou o poder, envolvendo subornos e empréstimos ilícitos. A atual tesoureira do partido, Mendi Msimang, está entre os membros da ANC envolvidos nas acusações de implicação nas irregularidades do programa “petróleo por comida”.

Entretanto, pode-se interpretar a partir das declarações do advogado Michael Donen, presidente da Comissão *Donen*, que esses indivíduos podem não ser intimados para depor perante a comissão. De acordo com o advogado, será investigado se foram realizados ou recebidos pagamentos ilegais e se tais atos são passíveis de acusações perante a lei sul-africana. Além disso, deverão ser feitas recomendações sobre como evitar que isso se repita, de acordo com a jurisdição das leis sul-africanas.

Com efeito, o ocorrido evidencia a falta de medidas legais na África do Sul para a punição de cidadãos que não atuam em conformidade com as sanções estabelecidas pela ONU. A organização depende, em certo grau, dos Estados para policiar o cumprimento das sanções, o que acaba deixando a punição de possíveis violações por parte dos cidadãos sob a égide da legislação de cada país.

Dessa forma, pode-se retomar as críticas feitas às sanções econômicas das Nações Unidas. A própria iniciativa de estabelecer o programa “Petróleo por Comida” demonstra que o impacto de sanções econômicas em países com governos autoritários vem sendo questionado,

tendo em vista que os efeitos parecem ser perversos sobre a população e mínimos sobre os governos. Esses questionamentos acerca da eficácia das mesmas assumem atual importância perante a tentativa dos Estados Unidos de impor sanções ao Irã através do Conselho de Segurança.

Referência

Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

Chicago Tribune

<http://www.chicagotribune.com>

Iol

<http://www.int.iol.co.za>

Iraq Directory

<http://www.iraqdirectory.com>

Mail & Guardian Online

<http://www.mg.co.za>

ONU

<http://www.un.org>

Ver também:

15/09/2005 - [Divulgado relatório do Programa Petróleo por comida](#)

30/10/2005 - [Divulgado relatório final sobre o Programa Petróleo por comida](#)

08/07/2005 - [Novos desdobramentos do Programa petróleo por comida](#)

03/04/2005 - [Relatórios de investigação sobre o Programa Petróleo por comida](#)

O Nepal e a nova realidade política

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
02 de maio de 2006

Após o Rei Gyanendra Bir Bikram Shah anunciar publicamente a restauração do Parlamento nepalês, partidos de oposição indicam o novo primeiro-ministro do país e iniciam o processo de elaboração de uma nova Constituição.

O Rei do Nepal, Gyanendra Bir Bikram Shah, anunciou em rede nacional, no dia 24 de abril de 2006, a reinstalação do Parlamento no país. Essa decisão de Gyanendra atende a demanda da oposição que, desde 06 de abril de 2006, mobilizava-se em uma grande onda de protestos e realizava uma greve nacional exigindo, dentre outros pontos, a saída do monarca do poder e uma abertura democrática do regime.

O Nepal, que tem como capital Katmandu, localiza-se ao sul da Ásia, com fronteiras com a China e a Índia, não possuindo saída para o mar. O território do país compreende a área de 140.800 Km², possuindo 14 estados e 75 distritos.

Sua população de pouco mais de 28 milhões de habitantes tem o nepali como língua predominante, além da existência de outras como o maithali e o bhojpurí. A religião hindu é majoritária, sendo seguida por 80% da população nepalesa.

Histórico

O Nepal moderno foi criado durante meados do século XVIII quando Prithvi Narayan Shah, monarca de um pequeno principado chamado Gorkha, unificou o país a partir de estados independentes próximos.

Após 1800, os herdeiros de Prithvi mostraram-se, porém, incapazes de manter a estabilidade política do país, uma vez que grave turbulência assolou o Nepal durante a guerra travada com o Império Britânico durante os anos de 1814 a 1816.

Tal guerra, que resultou na derrota do país asiático, deveu-se a pretensões expansionistas do Nepal que, no intento de ocupar territórios da Índia (país com o qual faz fronteira, além da China), chocou-se com os interesses do Império britânico, responsável pela colonização indiana.

A estabilidade nacional só foi restaurada em 1846, quando a Família Rana ascendeu ao domínio político. O Rei Jung Bahadur Rana passou a governar controlado por uma linha hereditária de primeiros-ministros. Esse sistema se manteve até 1950.

Sob o controle dos Ranas, o Nepal foi deliberadamente isolado de influências externas, política que manteve a independência nacional durante o período de colonização de diversos países.

No ano de 1950, uma revolta armada organizou-se no Nepal, incentivada por ideais democráticos decorrentes principalmente da conquista da independência indiana em 1947. Essa revolta forçou a dinastia Rana a compartilhar o poder com outros partidos

políticos que surgiam, como o partido do Congresso Nepalês (socialista moderado), hoje principal legenda do país. O Rei Tribhuvan, da dinastia dos Shas (de Prithvi) e simpatizante do movimento democrático, passou a governar o país.

No ano de 1959, já sob a liderança do Rei Mahendra, descendente de Tribhuvan, a Constituição Nacional foi promulgada, estabelecendo-se uma monarquia constitucional no país. Também foram realizadas as primeiras eleições democráticas para a formação da Assembléia Nacional, nas quais o Congresso Nepalês ganhou por maioria.

Em 1962, diante da alegação de que o modelo monárquico constitucional havia fracassado, o Rei Mahendra dissolveu o Parlamento e promulgou nova Constituição. O novo sistema instaurado ficou conhecido como *panchayats* (que significa conselho), onde o Rei governa absolutamente, com autoridade sobre todas as instituições governamentais, incluindo o gabinete (Conselho de Ministros) e o Parlamento. Em um referendo realizado em 1980, a manutenção do sistema *panchayats* acabou sendo confirmada.

Em 1990, sofrendo grandes pressões dos partidos políticos que demandavam uma democratização do regime monárquico, o sistema *panchayats* foi banido e uma nova Constituição foi oficializada, garantindo, dentre outros, a legalização dos partidos políticos, a afirmação dos Direitos Humanos e a redução dos poderes reais a partir de uma monarquia constitucional.

Desde então, o Nepal passou por outras dissoluções de Parlamento e pela existência de diferentes maiorias no Congresso do país.

Já nessa década, mais precisamente no ano de 1996, o movimento maoísta iniciou uma violenta insurgência no país, a partir de assassinatos, torturas, seqüestros, extorsões e intimidações contra civis, policiais e funcionários públicos, em mais de 50 dos 75 distritos do Nepal. O

movimento maoísta, que nessa época iniciou o que ficou conhecido como "guerra do povo" (*jana yuddha* em nepali), baseia-se nos ideais da Revolução Cultural chinesa ocorrida no ano de 1949 sob a liderança de Mao Tse-Tung e tem, como principal objetivo, derrubar o regime monárquico no Nepal e instaurar uma República Comunista no país, conforme o modelo estabelecido na China durante a Revolução. O movimento maoísta, representado pelo Partido Comunista do Nepal e que possui forte braço armado, surgiu quando os partidos de esquerda do Nepal perderam força e representação, vindo a se extinguirem no fim de 1993.

Desde o início da insurgência em 1996, mais de 12.000 nepaleses já foram mortos, negociações entre o governo e os rebeldes foram realizadas sem, contudo, resultarem em acordos concretos de paz.

Em 2001, após o massacre ocorrido na família real cometido pelo então Príncipe herdeiro Dipendra¹, o Rei Gyanendra Bir Bikram Shah (irmão do Rei assassinado) assumiu o poder.

Em maio de 2002, sob recomendação do então Primeiro-Ministro Deuba, como etapa na resolução do conflito maoísta, o Rei Gyanendra dissolveu o Parlamento do país. Cinco meses após, alegando incapacidade parlamentar de controle da insurgência rebelde, Gyanendra decidiu retirar Deuba do poder, bem como todo o seu gabinete. O Rei também declarou, em 2003, estado de emergência no país e enviou tropas de combate contra os rebeldes, após o fracasso de novas negociações de paz entre governo e maoístas.

Os posteriores primeiros-ministros do país passaram então a ser indicados

¹ O Príncipe herdeiro assassinou o pai (Rei do Nepal), a mãe, o irmão, a irmã, o tio e tias e, logo após, cometeu suicídio. Aparentemente, o crime ocorrido em 1º de junho de 2001 deveu-se à objeção da família real ao casamento proposto pelo Príncipe Dipendra.

diretamente pelo Rei, devido, segundo Gyanendra, à impossibilidade de se realizarem eleições em um cenário marcado pela violenta insurgência. Finalmente, em fevereiro de 2005, alegando ausência de progresso dos representantes políticos em conter os maoístas, o Rei Gyanendra dissolveu o governo interino, declarou novo estado de emergência no país (que se estendeu até maio de 2005), aprisionou líderes partidários e assumiu o controle total do governo e do Exército. Segundo o Rei, essa decisão visava restituir a ordem no Nepal e combater a insurgência de forma definitiva.

Desde então, a oposição tem se manifestado a favor de uma maior abertura democrática no país, exigindo a saída do Rei e a eleição de uma Assembleia Constituinte que, uma vez estabelecida, possibilite a reformulação da Constituição e a provável instalação de um regime republicano no país.²

Novos desdobramentos

Entre os dias 06 e 25 de abril de 2006, a oposição nepalesa, representada pela aliança de sete partidos contrários ao Rei, servidores públicos, associações comerciais, jornalistas e representantes do movimento maoísta, dentre outros, organizou-se em uma forte mobilização contrária à representação política de Gyanendra e realizou uma greve geral no país com o intuito de pressionar o rei por decisões democratizantes.

Apesar da instalação de toques de recolher pelo monarca (medida duramente criticada pela Organização das Nações Unidas), que permitiam a ação da

polícia contra os opositores que insistissem em se manter nas ruas fora dos horários permitidos, a mobilização se manteve durante quase três semanas, resultando na morte de 14 pessoas.

Os protestos e a greve nacional só tiveram fim após o anúncio do rei de restauração do Parlamento. Essa decisão se fez necessária mesmo após o rei permitir que os partidos de oposição indicassem um primeiro-ministro para o país, assinalando sua intenção de restituir a Monarquia Constitucional no país. Tal concessão, anunciada no dia 21 de abril de 2006, não satisfaz a maior parte da oposição que se manteve em protestos até a nova decisão do Rei no dia 24 de abril.

Índia, Estados Unidos e União Européia receberam bem a oferta final do Rei, declarando ter sido essa uma importante decisão para se desenvolver um processo político pacífico no Nepal.

Porém, apesar da satisfação imediata de grande parte da oposição diante da concessão do monarca, rebeldes maoístas que acusaram a oposição de traidores³, acreditando ser a oferta de Gyanendra uma forma de se tentar manter o regime, exigiam a convocação definitiva de novas eleições para uma Assembleia Constituinte como condição para o término dos protestos. A trégua anunciada por eles veio no dia 27 de abril, representando importante etapa na nova fase política do Nepal.

Apesar de declararem um cessar-fogo de 3 meses, o líder maoísta Prachandra admite que o movimento se manterá em posição defensiva ativa, podendo recuar na decisão caso não se realizem novas eleições para a Assembleia Constituinte e nem a redação imediata de uma nova Constituição para o país.

² Parte dos manifestantes não exige a abolição total da monarquia, mas reivindicam a limitação dos poderes políticos do rei e a restauração de nova Monarquia Constitucional multipartidária, com a restituição do Parlamento e a eleição democrática de um primeiro-ministro.

³ Em novembro de 2005, os maoístas concordaram com a oposição de mobilizarem-se juntos a fim de conseguirem a realização de uma Assembleia Constituinte que redija uma nova constituição para o país.

Girija Prasad Koirala, 84 anos, o veterano presidente do Congresso Nepalês e já ocupante do cargo de primeiro-ministro do país em outras ocasiões, foi designado pela oposição ao atual posto de premiê e empossado pelo Rei Gyanendra no dia 30 de abril, dois dias após a primeira reunião do novo Parlamento do Nepal.

No mesmo dia da posse de Koirala, o Parlamento aprovou, por unanimidade, a realização de eleições para a Assembléia Constituinte sem, porém, firmar a data para tal ocasião. A nomeação do Conselho de Ministros de Koirala também já foi anunciada, representando um gabinete multipartidário. O Primeiro-Ministro também expressou o compromisso de estabelecer um diálogo imediato com os maoístas e de avançar no processo constitucional que reduzirá os poderes monárquicos, abrindo caminho para a democratização do país.

Como desafio do novo governo nepalês, se encontra a demanda dos representantes maoístas pela inserção no processo político do país. O próprio mecanismo de eleição da Constituinte e redação da nova carta constitucional deverá enfrentar inúmeras condicionalidades e exigências advindas, principalmente, dos rebeldes, que tem como ideal a instauração de uma República Comunista no país.

Além dessa questão, torna-se também difícil prever uma convergência de interesses do governo e dos maoístas no que diz respeito ao desarmamento do grupo. Autoridades estadunidenses, dentre as mais fortes vozes críticas do movimento rebelde do Nepal, já demandaram o desarmamento total do grupo antes que se realizem as eleições para a formação da Assembléia Constituinte. Apesar dos maoístas se recusarem a tal proposta, prometem isolar seu armamento sob supervisão internacional desde que o Exército do país faça o mesmo durante o período eleitoral.

E, além das exigências de participação no processo político, os maoístas também

pretendem incluir membros de seu grupo armado em uma nova força militar que pretendem criar no país. Pretensão bastante difícil de ser alcançada, tendo-se em vista o fato de que as atuais Forças Armadas nepalesas permanecem sob o controle do Rei Gyanendra. É bastante provável que, mesmo em um cenário de Monarquia Constitucional, as elites monárquicas tentarão, a todo custo, manter os privilégios que ainda possuem, como o apoio do Exército e sua influência política.

Analisando-se assim as questões que deverão ser enfrentadas, a função dos partidos de oposição, que hoje ocupam o poder legislativo não será simples. Além de tentarem conciliar o maior número de interesses políticos em jogo capazes de prover uma maior estabilidade e legitimidade governamental no país, o Parlamento terá também como função provar à população nepalesa, aos simpatizantes partidários e à opinião pública internacional, a capacidade de governarem pacificamente e de forma democrática após anos de protestos e lutas pelo conquista do poder.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org>

Departamento de Estado EUA

<http://www.state.gov>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

IPS Notícias

<http://ipsnoticias.net>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

Terra Notícias

<http://www.terra.com.br>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Impasse quanto ao programa nuclear do Irã

Resenha
Segurança

Raphael Rezende Esteves
03 de maio de 2006

Irã não interrompe enriquecimento de urânio para seu programa nuclear, mesmo após requisição formal do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e estabelecimento de um prazo de 30 dias.

Encerrou-se dia 28 de abril de 2006 o prazo de trinta dias estabelecido pelo Conselho de Segurança para o Irã suspender o enriquecimento de urânio até que fiquem comprovados os fins pacíficos de seu programa nuclear. Apesar disso, o Irã não apenas recusou-se a interromper o enriquecimento de urânio, como acelerou tal atividade. O chefe da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Mohamed El Baradei, também acusou o Irã de restringir as inspeções da entidade no país.

Desde que o programa iraniano de enriquecimento de urânio em escala industrial foi descoberto, no final de 2002, esse criou preocupação internacional quanto aos fins de tal enriquecimento. Embora as inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica datem desde este período, ainda não ficaram comprovados os fins pacíficos do programa devido à falta de transparência por parte do país no que diz respeito ao acesso às informações e instalações de enriquecimento de urânio.

Segundo o embaixador do Irã na Organização das Nações Unidas (ONU), Javad Zarif, o Irã não cumprirá uma resolução do Conselho de Segurança que vise conter seu programa nuclear, dado

que esse não representa ameaça alguma à segurança e paz internacionais.

O Irã alega que vem desenvolvendo a tecnologia nuclear objetivando a produção energética. Em declaração feita dia 02 de maio de 2006, o diretor da Organização de Energia Atômica do Irã, Gholamreza Aghazadeh, afirmou que o Irã já atingiu o patamar de enriquecimento de 4,8%, nível suficiente para o desenvolvimento de combustível nuclear. Para ser utilizado em artefatos bélicos, o urânio necessita ser enriquecido a mais de 90%.

Contudo, surgem suspeitas quanto à necessidade desta produção nuclear dado que o Irã possui grandes reservas de petróleo e gás natural. O ambiente se complica ainda mais quando o chefe da Inteligência Militar israelense, Amos Yadlin, afirma que o Irã comprou, da Coreia do Norte, mísseis com alcance de 2500 Km, capazes de carregar cargas nucleares.

Objetivando solucionar o impasse, Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia reuniram-se em Paris no dia 2 de maio. Os países europeus e os Estados Unidos produziram uma resolução que será encaminhada ao Conselho de Segurança com o objetivo de, sob o capítulo VII da Carta das Nações



Unidas, garantir caráter obrigatório à decisão da AIEA de que o Irã deveria interromper o enriquecimento de urânio. O capítulo VII permite que, diante de ameaça à paz internacional, sanções possam ser tomadas em relação ao país violador, o que também poderia incluir intervenção militar. China e Rússia, que mantêm fortes laços econômicos com Teerã, posicionaram-se contrariamente à imposição de sanções ao Irã, reforçando os meios diplomáticos para solução do problema e alegando que a imposição de tais medidas poderia apenas levar a uma escalada do conflito. Sanções econômicas impostas ao Irã também poderiam levar a uma crise mundial de petróleo, devido à sua expressiva produção.

Todavia, diante destas tensões, as autoridades iranianas não demonstram posicionar-se de forma a conter a crise desencadeada. Essas, em resposta às fortes pressões internacionais para que o programa nuclear iraniano seja controlado, ameaçam retirar o Irã do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares devido ao fato de não haver propósito em permanecer em tal tratado sem que haja o direito de desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento pacífico. Devido às declarações do Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de que não está descartada a possibilidade de uma intervenção militar no Irã, o comandante da Guarda Revolucionária¹, Mohammad-Ebrahim Dehqani, afirmou também que diante de qualquer investida estadunidense, o primeiro alvo das forças iranianas seria Israel. Esta afirmação corroborara o posicionamento do Presidente Mahmoud Ahmadinejad, que declarou seu desejo de que o Estado judeu fosse varrido do mapa. [ver: [Presidente iraniano não reconhece o](#)

[direito à existência de Israel\]](#)

Os ministros do Exterior dos membros permanentes do Conselho de Segurança - China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia - e da Alemanha reunir-se-ão em Nova York, no dia 9 de maio, objetivando definir sobre a aplicação de sanções sob os auspícios do capítulo VII da Carta da ONU, ainda que países com poder de veto dentro do Conselho de Segurança - China e Rússia - tenham se posicionados contra a aplicação de tais medidas.

Referência

Sites:

Al Jazeera.net

<http://english.aljazeera.net/HomePage>
e

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

CNN

<http://www.cnn.com>

DW World

<http://www.dw-world.de/>

IAEA

<http://www.iaea.org>

Reuters

<http://www.reuters.com>

The Hindu

<http://www.hinduonline.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

¹ Força armada criada após a Revolução Islâmica de 1979 objetivando congregar várias forças paramilitares em uma única força fiel ao novo regime e capaz de contrabalancear as forças armadas convencionais.

Ver também:

29/09/2005 - [Resolução europeia sobre o Irã é aprovada na AIEA](#)

14/09/2005 - [Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica sobre o Irã acirra debate nuclear](#)

31/08/2005 - [A pressão estadunidense sobre o programa nuclear iraniano](#)

29/08/2005 - [Irã retoma atividade nuclear](#)

16/06/2005 - [A questão Nuclear no Irã](#)

13/08/2004 - [Programa Nuclear Iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança](#)

28/10/2004 - [AIEA adota resolução sobre programa nuclear Iraniano](#)

Perspectivas da situação no Haiti

Resenha
Integração Regional

Júlia Drumond Caiado
04 de maio de 2006

A realização de eleições presidenciais e legislativas traz novas esperanças para estabilização da situação no Haiti. A expectativa agora é o desenvolvimento e a consolidação das instituições políticas do país de maneira sólida e transparente.

No dia 07 de fevereiro de 2006 foram realizadas as eleições presidenciais e o primeiro turno das eleições legislativas no Haiti. O candidato presidencial René Préval, apontado como favorito nas pesquisas, foi confirmado como vencedor pelo Conselho Eleitoral Provisório (CEP), com 51,15% dos sufrágios. Tal decisão só foi divulgada após a distribuição dos votos em branco entre todos os candidatos, medida polêmica adotada para tentar aliviar a situação caótica provocada pelos seguidores de Préval que, após as eleições, exigiam nas ruas a confirmação de sua vitória nas urnas. [ver: [René Préval é proclamado presidente eleito do Haiti](#)]

O segundo turno das eleições legislativas foi realizado dia 21 de abril do mesmo ano e não se observou tanto interesse por parte dos eleitores como havia acontecido na eleição presidencial. Apenas 15% do eleitorado compareceu para eleger 30 senadores entre 60 candidatos e 99 deputados entre 194.

Em 14 de maio, o presidente recém eleito, René Préval, será empossado e entrará oficialmente em função, conforme a Constituição Haitiana de 1987.

De acordo com Préval, as forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) permanecerão em seu país para garantir a segurança na ilha caribenha. A missão da

ONU, comandada pelo Brasil e conhecida como MINUSTAH, foi enviada ao Haiti para manter a paz no local após a revolta armada de fevereiro de 2004. Para o Presidente eleito, a presença das tropas de paz da MINUSTAH faz-se necessária até que a polícia nacional esteja suficientemente sólida e indícios de corrupção internos sejam eliminados. Apesar disso, ele não disse quanto tempo mais as forças multinacionais poderiam ficar.

O objetivo principal do presidente com relação às tropas é manter a segurança na relação com o povo e criar uma polícia profissional e um sistema judiciário sólido. Segundo ele, somente a inter-relação desses dois elementos será capaz de trazer estabilidade, desenvolvimento e investimento econômico ao país mais pobre do continente.

Préval pediu recentemente aos governos do mundo que elaborem um programa de ajuda ao desenvolvimento a longo prazo para sua nação. Segundo ele, o apoio da sociedade internacional e de investidores privados é fundamental para enfrentar os problemas sociais e econômicos do Haiti. De acordo com o Banco Mundial, o Haiti necessita de US\$1.3 bilhão para satisfazer as necessidades imediatas de sua população.

Segundo o presidente haitiano, a reconstrução do país deve ocorrer em três

fases. A primeira delas deve ser concentrada na criação de empregos e distribuição de alimentos para a população, a qual se encontra em situação de emergência com relação à assistência alimentar. A segunda e terceira fases se basearão na construção de uma infraestrutura de apoio às instituições políticas do Haiti. Para a concretização dessas etapas, a população haitiana conta com o apoio da MINUSTAH, que teve seu mandato estendido por mais seis meses, pelo Conselho de Segurança.

Segundo relatório do PNUD, o Haiti é o país mais pobre de toda América, com mais de 48% de sua população analfabeta e apenas 34% com acesso a serviços sanitários. Esse quadro é reflexo de décadas de exploração e governos ditatoriais corruptos. Uma solução estável e duradoura para a atual situação no Haiti provavelmente dependerá de processos internamente construídos. A realização de eleições bem organizadas, que ocorreram em um clima de segurança, são o primeiro passo para um novo, longo e difícil caminho que está sendo empreendido em direção à normalidade política e institucional.

O Conselho de Segurança declarou que a conclusão do processo eleitoral e o estabelecimento de um novo governo darão ao Haiti a oportunidade única de reduzir a violência e a instabilidade política até então vigentes no país.

Referência

Sites:

IPS

<http://www.ipsnoticias.com/>

Folha On-Line

<http://www.folhaonline.com.br/>

Adital

<http://www.adital.com.br/>

Missão Internacional de Avaliação das Eleições no Haiti

<http://www.mieeh-immhe.ca>

El Pais

<http://www.elpais.es/>

Ver também:

10/06/2004 - [Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade](#)

20/08/2004 - [Tropas brasileiras no Haiti](#)

07/10/2004 - [Situação Emergencial no Haiti](#)

22/10/2004 - [Aumento de violência desafia missão da ONU no Haiti](#)

16/12/2004 - [O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU](#)

29/06/2005 - [MINUSTAH e implicações para as aspirações internacionais do Brasil](#)

22/09/2005 - [Eleições no Haiti](#)

01/12/2005 - [Eleições no Haiti são remarcadas pela terceira vez](#)

10/02/2006 - [Eleições são realizadas no Haiti, após quatro adiamentos](#)

22/02/2006 - [René Préval é proclamado presidente eleito no Haiti](#)

Primeiro-ministro renuncia nas Ilhas Salomão

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Tiago Cerqueira Lazier
05 de maio de 2006

Protestos violentos na capital das Ilhas Salomão fazem com que o primeiro-ministro renuncie ao cargo ao antecipar o voto de desconfiança por parte do Parlamento. O novo primeiro-ministro já foi escolhido.

As Ilhas Salomão são um arquipélago composto por 992 ilhas, localizado no sul do oceano Pacífico - a três mil quilômetros de distância a nordeste de Sidney, Austrália. É um país pobre, onde a maioria da população de quase quinhentos mil habitantes vive em pequenas vilas, em condição de subsistência. Sua economia depende principalmente da exportação de madeira e peixes.

Até 1978 era um protetorado do Reino Unido, tendo sido palco da famosa batalha de Guadalcanal, um marco na Segunda Guerra Mundial, quando forças aliadas forçaram os japoneses a retrocederem.

Desde 2003, a pedido do então Primeiro-ministro Allen Kemakeza, está sobre controle militar da *Regional Assistance Mission to the Solomon Islands* (RAMSI), liderada pela Austrália, que tem o objetivo de manter a lei e a ordem no arquipélago, com o intuito - conforme palavras do Primeiro-ministro australiano, John Howard - de evitar que um eventual Estado fracassado se tornasse palco de organizações terroristas.

A RAMSI, caracterizada como a maior movimentação militar no pacífico sul

desde a Segunda Guerra Mundial, foi capaz de acabar com o distúrbio - causado pelo conflito entre os nativos que habitam a capital Honiara e imigrantes da Malásia - que já durava cinco anos e possibilitou, assim, a reconstrução das instituições governamentais, com as eleições parlamentares ocorrendo de acordo, com o previsto, em 5 de abril de 2006.

Ao contrário das eleições anteriores de 2001, marcadas por irregularidades, observadores dizem que as eleições deste ano foram livres e justas. As Ilhas Salomão possuem um sistema legislativo nacional unicameral, composto por cinquenta cadeiras, no qual o líder do partido ou coalizão majoritária é escolhido como primeiro-ministro.

No dia 18 de abril de 2006, a escolha de Snyder Rini - pelo novo Parlamento - para o cargo de primeiro-ministro foi seguida de protestos, na capital, que se iniciaram quando quinhentas pessoas que apoiavam o candidato rival, Job Dudley Tausinga, saíram às ruas acusando Rini de ter fraudado a eleição.

Os protestos se tornaram violentos com multidões atirando pedras no prédio do Parlamento e destruindo estabelecimentos comerciais no distrito de *Chinatown*, em um momento no qual o efetivo militar da

RAMSI havia sido reduzido. A ordem só foi reestabelecida no dia 20, com o estabelecimento do toque de recolher e a chegada de reforços militares da Austrália e da Nova Zelândia. No dia seguinte a vida cotidiana já voltava à normalidade. Em função dos protestos, dois parlamentares da oposição foram presos acusados de incentivá-los.

Rini renunciou ao cargo de primeiro-ministro no dia 26 de abril, quando ficou claro – com a perda de apoio de cinco parlamentares – que uma moção de desconfiança iria ser aprovada pelo Parlamento, ou seja Rini seria destituído. Seu rival, quando da escolha do primeiro-ministro, anunciou que não pretendia concorrer novamente, mas sim apoiar Manasseh Sogavare, que em um primeiro momento havia apoiado Rini.

A população comemorou nas ruas a renúncia de Rini. Apesar de se esperar um relaxamento dos ânimos, a polícia e o RAMSI continuaram patrulhando pesadamente as ruas, indicando o receio de que a escolha do novo primeiro-ministro poderia levar novamente a uma onda de violência.

No dia 04 de maio, Sogavare foi escolhido para o cargo de primeiro-ministro, derrotando o candidato Fred Bono – um dos apoiadores de Rini. Sogavare já havia sido primeiro-ministro nos anos de 2001 e 2002. Diferentemente da passada, o resultado dessa eleição foi comemorado por 300 pessoas que se reuniram fora do Parlamento.

Os investimentos chineses têm grande importância em várias ilhas do Pacífico Sul, e muitas vezes, como no caso das Ilhas Salomão, não são vistos com bons olhos, devido a visível disparidade social entre os chineses e os nacionais das Ilhas Salomão.

Rini era acusado de ter uma forte ligação com empresários chineses e com o governo de Taiwan, supostamente tendo recebido dinheiro para subornar parlamentares para votarem nele. As Ilhas

Salomão são um dos poucos países a reconhecer Taiwan e tem sido motivo da luta de poder entre este país e a China, que buscam aumentar sua influência no Pacífico. Alexander Downer, Ministro das Relações Exteriores da Austrália, chegou a relacionar os protestos a este conflito entre China e Taiwan.

A violência registrada contra os chineses fez com que estes se refugassem em instituições de ajuda humanitária e em outros países como Papua Nova Guiné. O governo chinês enviou um avião para buscar seus cidadãos e pediu que turistas chineses não visitassem as Ilhas Salomão.

Ademais, Rini era associado aos governos fracassados e corruptos do passado. As eleições legislativas foram marcadas pela necessidade de combate à corrupção. Metade dos membros anteriores do Parlamento não foram eleitos devido a este tipo de acusação.

Independentemente da escolha do novo primeiro-ministro, a estabilidade democrática das Ilhas Salomão está longe de ser alcançado em um país sem perspectivas de grandes melhoras econômicas, assolado por uma corrupção endêmica em um sistema político volátil formado por pequenos partidos.

Referência

Sites:

CIA

<http://www.cia.gov>

Khaleej Times

<http://www.khaleejtimes.com>

New Zeland Herald

<http://www.nzherald.co.nz>

The Sidney Morning Herald

<http://www.smh.com.au>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Conjuntura**Internacional**

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Carolina Dantas Nogueira; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>